



# III Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

Florianópolis - SC - Brasil (Março/2013)

## REDES DE MOVIMENTOS SOCIAIS E ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA INTERAÇÃO PROMISSORA

Vanêssa P. Simon<sup>1</sup>

### RESUMO

Este trabalho tem por objetivo promover uma análise dos conceitos de Economia Solidária e as Redes de Movimentos Sociais e sua articulação no cenário mundial atual baseado nos estudos de ambos os temas. É uma análise teórica que buscou mostrar as relações de proximidade entre dois grandes temas de pesquisa. Estes temas são bastante amplos e possuem vasta bibliografia a respeito. Optou-se por ressaltar apenas alguns aspectos para atender ao objetivo desse trabalho. Ao final, pode-se compreender que são temas bastantes próximos, com relações bastante articuladas e pertinentes que poderão, em conjunto, propiciar aos estudiosos um vasto campo de pesquisa e aos envolvidos em Economia Solidária e Redes de Movimentos Sociais um amplo campo de trabalho.

**Palavras-chaves:** movimentos sociais; economia solidária; redes

### 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo promover uma análise dos conceitos de economia solidária e as redes de movimentos sociais e sua articulação no cenário mundial atual.

O estudo apresenta dois grandes temas de pesquisa: economia social e redes de movimentos sociais. Estes temas são bastante amplos e possuem vasta bibliografia a respeito. Optou-se por ressaltar apenas alguns aspectos para atender ao objetivo desse trabalho, destacando somente determinados autores que pesquisam o assunto.

### 2. CONSIDERAÇÕES SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Após uma reflexão a respeito de como o capitalismo foi se estruturando ao longo de mais de duzentos anos de domínio como modo de produção, Cattani (2003) afirma que se percebe a necessidade de construir uma outra economia para atender às novas exigências de uma sociedade em que sentimentos de cooperação e solidariedade se contrapõem à concorrência a qualquer preço; ao invés de devastação da natureza, se apresenta o respeito às múltiplas formas de vida; a doação e a dádiva em oposição ao processo de acumulação e concentração irracionais; o trabalho consciente e criativo pleno de realização em contraposição ao trabalho alienado. E é dentro desse cenário que a Economia Solidária (ES) se apresenta de maneira mais incisiva, uma vez que já era um conceito existente desde o século XIX, com a Revolução Industrial. Não apenas como alternativa para pobres e excluídos mas com avanços reais em distintos domínios, de

---

<sup>1</sup>vanessapsimon@gmail.com

maneira a envolver responsabilmente amplos setores da sociedade, buscando, por meio da criatividade, aperfeiçoamentos na geração de produtos e serviços de melhor qualidade. Tendo em vista sempre a recuperação social mais do que o progresso técnico proporcionou em relação ao conforto e a qualidade de vida.

A ideia de Economia Solidária (ES), de acordo com Laville e Gaiger (2009), é um conceito amplamente utilizado no mundo todo, com acepções variadas mas que sempre contempla a solidariedade em contraste com o individualismo utilitarista, comportamento vigente na sociedade de mercado. A ES foi justamente uma resposta da sociedade que buscou se organizar segundo princípios de cooperação, autonomia e gestão democrática em que a solidariedade tinha predominância ao interesse individual e ao ganho material. Corroborando essa ideia, Singer (2003) afirma que o pensamento da ES gira em torno de solidariedade em contraste com o individualismo competitivo presente de forma acentuada nas sociedades capitalistas e se caracteriza por duas especificidades: estimular os membros mediante a prática da autogestão e praticar a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, enfatizando a atenção aos menos favorecidos.

Boronat (2010) afirma que a ES se caracteriza principalmente por sua finalidade de serviço aos membros e ao entorno ao resolver problemas sociais e econômicos dos associados; por ser uma entidade autônoma e independente que incorpora processos democráticos de decisão entre os sócios ou usuários; por priorizar as pessoas e o trabalho sobre o capital, tanto na tomada de decisão quanto na repartição das rendas, e por incorporar os valores de cidadania e solidariedade.

A autogestão, característica fundamental da ES, continua Singer (2003), busca a completa igualdade de direitos entre os membros de uma organização, sendo a cooperativa a forma clássica desse tipo de empreendimento. Com relação à solidariedade aos desfavorecidos, as entidades que praticam ES priorizam cooperativas formadas por desempregados, trabalhadores em vias de perder emprego, pobres em geral. Dessa forma, atualmente é vista como

uma resposta ao estrangulamento financeiro do desenvolvimento, à desregulação da economia e à liberação dos movimentos de capital, que acarretam, nos diversos países, desemprego em massa, fechamento de firmas e marginalização cada vez maior dos desempregados crônicos e dos que sabem que não têm possibilidade de voltar a encontrar emprego, por causa da idade, falta de qualificação ou de experiência profissional, discriminação de raça ou gênero, etc. (SINGER, 2003, p. 116).

Corroborando esse pensamento, Boronat (2010) acrescenta que a ES possui algumas questões básicas. É uma empresa ou entidade com atividade econômica manifesta e por isso, muitas manifestações de caráter social, assistencial ou cultural nem sempre têm presença nesse conceito. Além disso, se trata especificamente de manifestações coletivas e não individuais e por isso, os autônomos não têm muito espaço na ES. E por fim, se trata de associação de pessoas em empresas, antes que de entidades ou outras realidades associativas.

Assim, a ES assume importante papel no combate ao desemprego e na inserção social assumindo o papel antes desempenhado por funcionários públicos e portanto, se integra ao terceiro setor sob a forma de ONGs sustentadas primordialmente pelo poder público por meio de contratos. No Brasil, o apoio de instituições governamentais e

sociedade civil foi fundamental para a reestruturação da ES ao longo do século XX em associações com Igreja, Movimento dos Sem Terra, Confederações e Federações de Trabalhadores em agricultura, entre outros (SINGER, 2003).

Para Laville e Gaiger (2009), o avanço das ações de ES ocorre em função da conjugação de três tipos de recursos: os provenientes da reciprocidade entre os membros, os recursos públicos provenientes do Estado por meio do princípio da redistribuição e os provenientes do mercado obtidos nas relações de troca. Portanto, os autores percebem a ES como uma economia plural, uma vez que suas iniciativas provém de tipos híbridos (público e privado). Acrescentam que o agir coletivo da ES transforma a atividade econômica em um meio para a consecução de outros fins e não um fim em si mesma, dessa forma, dão vigor a uma identidade social que tende a integrar as dimensões da vida humana. A autogestão cria novos protagonistas, tanto no que se refere ao trabalho quanto nas questões de cidadania, em resposta aos anseios de bem estar, reconhecimento e de uma vida com um maior significado. Apoiando esse pensamento, Rattner (2008) afirma que uma ES exige o desenvolvimento de uma base material mas acima de tudo, um alto grau de conscientização e motivação dos envolvidos com compromissos éticos e valores de compaixão e solidariedade, não podendo ser produto de uma ação autoritária ou de uma administração de cima para baixo que torne a população em objeto passivo.

De acordo com Carrión (2010), a ES não se restringe a uma contribuição generalista à uma sociedade mais plural, participativa, democrática, solidária e justa. Ela está inserida num entreamado institucional que permite que exerça, reconhecidamente, múltiplas funções de natureza econômica:

- Uma distribuição mais igualitária da renda e da riqueza;
- Correção dos desequilíbrios do mercado laboral;
- Oferta de serviços de bem estar social;
- Estabilidade econômica
- Desenvolvimento sustentável;
- Autonomia territorial;
- Desenvolvimento local.

Cruz e Santos (2011), em uma reflexão acerca dos diferentes olhares a respeito do assunto, tentam agrupar as concepções existentes em quatro grupos distintos:

- Um, que percebe na ES uma função social no sentido de Durkheim, ou seja, como um processo de iniciativas de inclusão social;
- Outro, que vê a ES como alternativa para o desenvolvimento local em oposição à mundialização do capitalismo contemporâneo;
- Outro, essencialmente crítico, que busca identificar a ES às ilusões do socialismo utópico retomando o pensamento de Rosa de Luxemburgo;
- Por último, um grupo que analisa a dinâmica da ES e a vê ao mesmo tempo como resultado de uma articulação histórica entre a lógica concentradora e excludente do capitalismo e a contestação dos trabalhadores por um lado, e por outro, como um processo contraditório de subordinação e negação simultâneo às estruturas do mercado capitalista e sua dinâmica. Busca perceber, no

processo, uma capacidade emancipatória e transformadora dos empreendimentos de ES.

De acordo com Singer (2002), se a ES for vista apenas como uma resposta às contradições do capitalismo na esfera econômica poderá, no futuro, desacelerar seu crescimento e atuar apenas como uma forma complementar da economia capitalista para que os fatores de produção não se deteriorem, ou seja, a ES somente se desenvolveria plenamente se a economia capitalista entrasse em crise longa e profunda. No entanto, para o autor, a ES pode ser vista como uma alternativa superior ao capitalismo por proporcionar às pessoas que a adotam uma vida melhor, a partir dos princípios de solidariedade e de uma dinâmica própria ao invés de depender das contradições do modo predominante de produção.

Boronat (2010) afirma que não se tenta reivindicar para a ES uma capacidade mágica de transformar a sociedade mas que é sem dúvida uma força transformadora. Que esta nova forma de empreender não vai solucionar tudo o que as formas tradicionais não conseguiram nos últimos tempos entretanto, pode contribuir para a superação da crise atual vigente no mundo que, precisamente, tem demonstrado ser uma crise de valores.

Analisando diversos trabalhos de pesquisa sobre ES de vários estados do território nacional, Gaiger (2004) faz uma reflexão a respeito de como e em que momento histórico os empreendimentos de ES começaram a se desenvolver no país. Percebe então, que há uma explicação mais ampla para esse desenvolvimento que a puramente econômica e afirma que:

torna-se questionável e no limite contraproducente a insistência em explicar a economia solidária a partir dos movimentos do capital e em buscar neles os fatores preponderantes, senão suficientes, dos movimentos do trabalho. Um melhor caminho seria focalizar as análises na história dos trabalhadores, no seu passado de experiências, de organização, de liderança, nas suas expectativas e no seu senso prático que, como insistia P. Bourdieu, ainda sendo aquele da experiência prática de subordinação, jamais está totalmente desprovido de razão (GAIGER, 2004, p. 379).

Continuando a analisar esses vários trabalhos, o autor assegura que um dos registros unânimes da pesquisa é com relação à infrequência de vínculos econômicos entre os empreendimentos demonstrando a fragilidade sistêmica da ES e impondo sacrifícios e renúncias, a contragosto, dos valores e prioridades afins à lógica da produção solidária. E para isso, valeria uma reflexão a respeito de como os empreendimentos reagem a tal pressão: desconfigurando-se ou mantendo seus valores?

De qualquer forma, a ES se apresenta como uma economia na qual o desenvolvimento social é uma preocupação fundamental, cuja lógica intrínseca estimula a cooperação e a reciprocidade, buscando a equidade e a justiça social, afirmam Laville e Gaiger (2009). E asseguram que a ES dinamiza as redes de interação participativa que se estendem promovendo sistemas mais amplos de reciprocidade nos quais a experiência concreta de gestão do bem comum credita novos valores em relação às noções de justiça e de interesse público. Depende-se ainda muito do poder público pois é, até o momento, o único foro com capacidade de legislar a respeito de normas redistributivas em relação à equidade.

Entretanto, recentemente, de acordo com Campos (2010), a *Social Economy Europe*, entidade que congrega representantes de cooperativas, mutualidades, associações e fundações europeias, estabeleceu alguns princípios a respeito da Economia Social:

- Primazia da pessoa e do objeto social ao capital;
- Adesão voluntária e aberta;
- Controle democrático por seus membros (exceto para as fundações que não têm sócios);
- Conjunção de interesses dos membros usuários e do interesse geral;
- Defesa e aplicação dos princípios de solidariedade e responsabilidade;
- Autonomia de gestão e independência dos poderes públicos;
- Destina a maioria dos excedentes para a consecução de objetivos a favor do desenvolvimento sustentável, do interesse dos serviços dos membros e do interesse geral.

Diferente das definições anteriores continua o autor, em que eram expressas referências a valores como democracia e interesse social e solidariedade que, no funcionamento, se contradiziam com a lógica dominante do mercado, essa nova caracterização outorga à ES uma dimensão sociopolítica. Essa dimensão está vinculada a um projeto de transformação social em que as entidades que a constituem não apenas desenvolvem alguma atividade mas também expressam uma visão normativa da sociedade e se configuram como instrumento para a realização de tal projeto. Além disso, de acordo com Laville e Gaiger (2009), a ES tem a possibilidade de aprofundar sua penetração e criar redes mais amplas e consistentes de cooperação econômica, o que garantirá aos envolvidos outros fatores que influenciam na qualidade de vida. Pois além de possuir uma racionalidade diferente em relação a outros empreendimentos econômicos, assim como a sustentabilidade desses empreendimentos e suas relações com o mercado capitalista, afirma Carneiro (2011), acabam por beneficiar o trabalhador na formação de sua identidade e na expansão da cidadania, garantindo um aprimoramento na qualidade da vida dos envolvidos.

Carneiro (2011) acrescenta que a ES vem, de forma crescente, se vinculando com a prática dos movimentos sociais por encontrar, nesses movimentos, identificação com a luta em favor do reconhecimento da diferença. Essa vinculação entre ES e movimentos sociais ganha destaque à medida que a ES é, de um lado, incluída nas lutas dos movimentos sociais que percebem na proposta da ES uma forma de contribuição às suas reivindicações e, de outro, por ela congrega no mesmo espaço de discussão diversos atores que possuem demandas, do seu ponto de vista prioritárias, mas que nem sempre são coincidentes com a de outros movimentos. Com isso, os movimentos sociais podem compreender a ES não como um mero fenômeno econômico pois podem avançar para um entendimento de que a ES tem, em seu bojo, reivindicações de redistribuição econômica mas também, reivindicações de reconhecimento da diferença, características marcantes dos movimentos sociais.

O autor aponta ainda três características da ES que indicam uma aproximação crescente entre a ES e os movimentos sociais, sendo ela própria considerada um movimento. A primeira está na própria relação entre os empreendimentos solidários e os movimentos sociais apresentando uma transformação de ambas as partes numa energia

emancipatória, conferindo uma maior durabilidade às experiências implementadas. Uma segunda característica de vinculação entre ES e os movimentos sociais é uma mudança dos próprios movimentos mais críticos a essas iniciativas que passam a incluir em suas atuações o tema ES. Por fim, a última característica de aproximação entre ES e movimentos sociais é fruto do desenvolvimento da ES e da formação de um campo comum de discussão entre os diversos atores que a promovem, saindo de um tema de discussão localizado para um espaço comum, entre uma diversidade de atores que constitui a ES como movimento. Compreende-se que a ES e os movimentos sociais estão, cada vez mais, sendo analisados de maneira conjunta, seja pela via política (diferenças das lutas), econômica (redistribuição econômica), social (igualdade de direitos) ou ainda cultural (reconhecimento das diferenças) ainda que essas interações ocorram em lugares variáveis (CARNEIRO, 2011).

### **3. CONSIDERAÇÕES SOBRE REDES E MOVIMENTOS SOCIAIS**

A noção de redes provém da teoria da complexidade, com traços da cibernética, ecologia e outras elaborações sistêmicas com ênfase nas relações entre diversidades que se integram, os fluxos das relações e os laços que potencializam a sinergia coletiva. Para isso, cada elemento colabora com os demais na transformação de cada parte pela sua relação com os demais e na transformação do conjunto pelos fluxos que circulam por meio de toda a rede. A consistência de um membro depende da maneira como ocorre sua integração, os fluxos de que participa, de como atende aos demais e com eles colabora. Os elementos básicos de uma rede seriam os atores, as conexões entre eles e os fluxos que os perpassam (MANCINI, 2003, 2006, 2009).

Para Fontes e Portugal (2009), as unidades sociais de uma rede podem ser tanto indivíduos quanto grupos de indivíduos, de maneira formal ou não. A partir das redes sociais, pode-se perceber que a inserção numa rede, apesar de estar atrelada a uma estrutura, garante um certo grau de liberdade na escolha da maneira de agir possibilitando deslocamentos na estrutura social e também diversas possibilidades de acesso aos recursos. Na teoria de redes sociais, os atores, e conseqüentemente suas ações, são vistos de maneira interdependente e não como unidades independentes e autônomas. Dessa forma, os laços relacionais se tornam canais nos quais circulam os recursos (materiais ou não) e podem se configurar tanto em oportunidades, por um lado, como constranger as ações individuais por outro. Assim, os modelos de redes conceituam a estrutura (social, política, econômica, etc.) como padrões constantes de relações entre os atores, o que permite passar da análise de categorias para a de relações. Ou seja, os indivíduos pertencem não somente a categorias mas a redes relacionais que emergem da análise das relações entre os elementos que compõem a estrutura e por isso, não se analisa as unidades independentes mas, o conjunto de relações que se estabelece entre os elementos.

Em razão de uma maior circulação de indivíduos, ideias e de circuitos de solidariedade na sociedade contemporânea, há uma maior flexibilização dos modelos de organização tradicionais, o que origina ações em forma de redes sociais. Em razão disso, Scherer-Warren (2012) afirma que as interações em rede devem ser pensadas a partir de três níveis de relações: redes sociais, coletivos em rede e rede de movimentos sociais. Sendo que as redes sociais seriam comunidades de sentido em que os agentes constituiriam os nós da rede e as interações significariam os laços que se estruturam por

meio de afinidades e identificações em torno de objetivos comuns. Os coletivos de rede e rede de movimentos sociais já se referem às redes organizacionais de mobilização da sociedade civil. Coletivos em rede se referem às conexões empiricamente identificáveis como articulações entre ONGs de mesmos interesses, por exemplo. São esses coletivos que virão a se tornar os nós de uma rede mais ampla de movimentos sociais. Os movimentos sociais por sua vez, são redes mais complexas que vão além de organizações delimitadas, conectando sujeitos individuais e atores coletivos em torno de identidades, determinando um campo de atuação em que o conflito se instaura e também de um projeto ou utopia social.

A autora continua afirmando que

os movimentos sociais na sociedade contemporânea podem ser mais amplamente explicados quando os atores sociais ou forma de coletividade que os compõem forem tratados a partir de uma perspectiva de análise de redes sociais e organizacionais. Portanto, quando elegemos como conceito teórico a noção de *rede de movimentos sociais* (grifo da autora) referindo-nos à síntese articulatória, à amalgama ou às redes das redes do agir e pensar coletivo representadas através de diversos formatos organizacionais, não estamos abandonando a tradição de análise já clássica na literatura dos movimentos sociais [...] (SCHERER-WARREN, 2012, p. 21).

Dessa maneira, Scherer-Warren (2012) amplia a noção de movimentos sociais ao considerar a interação entre redes compostas por diversos atores e organizações da sociedade civil como algo que constitui os movimentos sociais. Essa rede de movimentos sociais seria uma comunidade de sentido, que objetiva alguma forma de transformação social, reunindo atores coletivos diversos que constituem a sociedade civil organizada. Pois, movimentos não são apenas organizações, nem organizações se configuram em movimentos simplesmente, os movimentos podem incluir organizações formais mas são mais complexos que apenas isso, afirma Carlos (2011). Assim, o movimento social pode ser pensado enquanto uma rede de caráter político, com uma identidade coletiva, com conflitos e adversários além de um projeto de utopia de transformação, num processo contínuo de formação política resultante das interações das articulações da rede. É necessário buscar as relações interorganizacionais, percebendo as ambiguidades e desafios que as redes plurais apresentam bem como, o que este tipo de movimento traz para o empoderamento da sociedade civil e sua contribuição para a mudança social. Ou seja, o movimento social se constitui mediante uma rede de intercâmbios informais de uma diversidade de atores (indivíduos ou grupos) que se engajam em relações de conflito, com objetivos e oponentes claros, por meio de uma identidade coletiva distinta. Portanto, essa rede caracteriza-se como o nível mais complexo da sociedade civil pois está politizada e realmente orientada para a transformação das situações de exclusão e desigualdades buscando transformações mais amplas (SCHERER-WARREN, 2012; CARLOS, 2011).

Percebe-se, dessa forma, a necessidade cada vez maior dos grupos com identidades sociais ou políticas se articularem entre si para, ao ganhar maior visibilidade por meio das redes, conseguir uma atuação melhor na esfera pública assegurando maiores conquistas para a cidadania dos envolvidos nesses movimentos sociais. Essas articulações entre os grupos com mesma identidade social ou política produzem um impacto na esfera pública e obtêm conquistas com relação à cidadania. Assim, atribuem também legitimidade aos

fóruns e redes entre os movimentos e o Estado e também a construção de redes de movimento com relativa autonomia. Nas redes, como qualquer outra relação social, o poder, o conflito, a solidariedade, a reciprocidade e o compartilhamento estão presentes. A partir disso, percebe-se que o potencial das redes de movimentos é justamente os nexos que os atores, organizados politicamente, estabelecem entre as demandas materiais e o sentido dessas privações, transformando esses nexos em pautas políticas comuns a várias organizações, possibilitando portanto, a articulação dos movimentos específicos em uma rede de movimentos sociais. Com isso, a sociedade civil organizada tende a ser uma sociedade de redes organizacionais, interorganizacionais e de movimentos com formação de parcerias entre as esferas públicas, privadas e estatais com maiores possibilidades de diálogo e um relativo pluralismo de concepções de mundo (SCHERER-WARREN, 2006, 2012).

Para Carlos (2011), a análise dos movimentos sociais a partir das redes sociais confere uma melhor compreensão da ação coletiva pois busca apreender todo o processo de construção e atuação dos atores sociais, por meio do seu pertencimento em um espaço relacional e dinâmico das redes. A rede de movimento social portanto, amplia os processos relacionais que influenciam os movimentos pois valoriza os processos culturais construídos a partir das interações dos atores e portanto, vão além de apenas um canal de transmissão de recursos estratégicos. Mance (2006) afirma que iniciando-se pela cultura e política, as redes avançaram paulatinamente para o campo da economia tornando a democracia uma necessidade que se resolveria pela implementação de mecanismos de autogestão em todas as esferas da sociedade.

Nesse sentido, redes de colaboração solidária especificamente, permitem a existência de conexões entre os empreendimentos e iniciativas de ES e conseqüentemente, a circulação de informação, valores e materiais entre os envolvidos indo além da transmissão de recursos estratégicos apontados anteriormente. Há uma busca por assegurar o exercício das liberdades por meio das condições materiais, políticas, educativas e éticas como manifestação da cidadania. E é por meio dessa luta, para assegurá-las coletivamente, que os movimentos posteriormente se configuraram em redes e começaram a colaborar entre si. Conforme os conceitos de ES, as redes de colaboração solidária são estratégicas pois suas ações afetam os campos políticos, econômicos e culturais, modificando assim, os padrões e os processos hegemônicos do atual modo de produção predominante, no sentido de uma globalização mais solidária. Decorre disso também, uma percepção de um maior empoderamento democrático e de inclusão social por meio do combate à exclusão nas suas diversas formas; na luta pelos direitos civis, políticos, culturais, ambientais e socioeconômicos; no reconhecimento da diversidade dos sujeitos sociais e do pluralismo dessas ideias; no incentivo à democracia no interior das organizações e comitês da esfera pública possibilitando novas formas de governança. Assim, ainda sob uma perspectiva estratégica, do ponto de vista econômico especificamente, as redes potencializariam as conexões entre os empreendimentos solidários na produção, comercialização, financiamento, etc., promovendo um movimento de realimentação e crescimento conjunto, contrário ao capitalismo (MANCE, 2003, 2009; SCHERER-WARREN, 2006).

Pauli (2005) reitera esse pensamento ao afirmar que essas conexões viabilizam o consumo solidário criando assim, novas demandas de produção contribuindo para a geração de trabalho, renda, fortalecimento do poder local, transformando culturalmente as comunidades, solidificando a ideia de solidariedade para a promoção do crescimento econômico de maneira ecológica e socialmente sustentável, assegurando as liberdades



individuais. O autor continua afirmando que o fundamento dessas redes é justamente a circulação, entre os membros, de tecnologias, saberes e insumos o que permite a socialização dos acúmulos individuais e coletivos e o reordenamento da cadeia produtiva de maneira alternativa ao modo de produção vigente atualmente. Mance (2006) corrobora esse pensamento ao afirmar que, sob o ponto de vista econômico, as redes de colaboração solidária auxiliam os envolvidos a garantir a produção, distribuição, emprego e consumo necessários à realização das liberdades públicas e privadas eticamente balizadas. Dessa forma, continua o autor, “a conexão em rede de consumo e produção em laços de realimentação, com distribuição de renda, viabiliza economicamente a consistência e expansão desse sistema solidário” (MANCE, 2006, p. 11).

Para Fontes e Portugal (2009), as redes sociais são elementos fundamentais tanto material quando afetivamente no suporte aos indivíduos, com repercussão inclusive na saúde física e mental dos envolvidos. Em consonância com esse pensamento, Mance (2003, 2009) afirma que para se participar dessas redes, é necessário apresentar quatro critérios básicos visando montar, de maneira solidária e ecológica, as cadeias produtiva envolvidas de forma a assegurar a todos o bem viver:

- a. Inexistência nos empreendimentos de qualquer tipo de exploração do trabalho, opressão política ou dominação cultural;
- b. Preservação do equilíbrio ecológico nos ecossistemas;
- c. Compartilhamento de parte significativa do excedente para a expansão da rede;
- d. Autodeterminação dos fins e autogestão dos meios, espírito colaborativo e de cooperação.

Com esses critérios, busca-se que os envolvidos consumam não mais no mercado capitalista e sim, das próprias redes, adequando os produtos e serviços aos valores éticos e ecológicos da ES, corrigindo deste modo, os fluxos de valores, evitando realimentar a produção capitalista. Com isso, geram-se novos postos de trabalho e distribuição de renda por meio de novos empreendimentos que supram a demanda da própria rede assegurando as liberdades públicas e privadas eticamente exercidas. E com o reinvestimento do excedente, progressivamente se reduz a jornada de trabalho aumentando o tempo livre do indivíduo que pode se dedicar ao bem viver, além de aprimorar o padrão de consumo de cada um (MANCE 2003, 2009).

Além disso, para Scherer-Warren (2006, p. 126, 127),

as redes de movimentos sociais possibilitam, nesse contexto, a transposição de fronteiras *territoriais*, articulando as ações locais às regionais, nacionais e transnacionais; *temporais*, lutando pela indivisibilidade de direitos humanos de diversas gerações históricas de suas respectivas plataformas; *sociais* em seu sentido amplo, compreendendo o pluralismo de concepções de mundo dentro de determinados limites éticos, o respeito às diferenças e a radicalização da democracia através do aprofundamento da autonomia relativa da sociedade civil organizada (grifos da autora).

Portanto, para Scherer-Warren, (2006, 2012), Mance (2003,2009), Pauli (2005) e Carlos (2011), o termo rede vem sendo reivindicados pelos movimentos sociais por seu

caráter emancipatório e sua estrutura diferenciada que visa alterar os padrões organizacionais, bem como a forma de estruturação dos envolvidos uma vez que a rede, para esses autores, é um conjunto de elementos empoderados que mantem entre si relações isonômicas.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se observar os conceitos apresentados anteriormente com relação à Economia Solidária e às Redes e Movimentos Sociais, percebe-se que, em vários momentos, esses conceitos se aproximam demonstrando as relações entre eles além de que, em diversas ocasiões, se complementam ou dão respostas às lacunas um do outro. Um exemplo disso é o estabelecimento por Mance (2003, 2009) de que um dos critérios para se participar de uma rede é a autodeterminação dos fins, a autogestão dos meios, o espírito colaborativo e de cooperação, critérios intrínsecos ao conceito de ES representado especificamente pelas cooperativas. Percebe-se que são duas áreas que possuem campos de estudo muito próximos podendo ser muito exploradas conjuntamente.

Cruz e Santos (2011), ao expor as diferentes reflexões a respeito de ES, oferecem uma vertente que a apresenta como uma forma emancipatória e transformadora ao ser contrária à lógica excludente do capitalismo. Esse pensamento é semelhante ao apresentado pelos autores que foram expostos na parte de redes e movimentos sociais pois, as redes aparecem justamente, como uma forma complexa dos movimentos sociais se apresentarem na luta contra as exclusões e desigualdade, bandeira igualmente da ES.

Uma vez que as redes permitem um maior engajamento dos atores, clareando os objetivos e os oponentes, seria possível organizar os envolvidos com ES por meio das redes de movimento social na busca pela superação das desigualdades, intrínsecas ao capitalismo atual, por estarem mais amplamente politizadas e orientadas na busca de transformações.

Conforme Singer (2002) afirmou, a ES ao se manifestar como uma alternativa superior ao capitalismo por apresentar uma condição de vida menos exploratória valorizando o bem viver, reforça os princípios de solidariedade e desenvolve uma dinâmica própria. Ao se pensar que as redes se estruturam de maneira a oferecer aos envolvidos alimentação e retroalimentação de recursos, materiais ou não, pode-se conjecturar que as redes poderiam ser a alternativa para a ES desenvolver essa nova dinâmica resolvendo talvez, a fragilidade sistêmica identificada por Gaiger (2004) nos empreendimentos de ES pesquisados.

Laville e Gaiger (2009) afirmam que a ES dinamizaria as redes de interações participativas ao promover sistemas mais amplos de reciprocidade (valor intrínseco tanto às redes quanto à ES), ao reiterar os valores de bem comum associados às noções de justiça e interesse público, integrando assim, os dois conceitos abordados por este estudo. E, apesar de em diversos momentos se apresentar a ES ainda muito dependente do poder público, a ES pode ser percebida em uma economia plural, já que busca uma maior autonomia, em face do que é apresentado como princípios pela *Social Economy Europe*, outorgando a ES uma dimensão sociopolítica. E, ao se ponderar que as redes possibilitam uma maior interação entre organismos com mesmos objetivos (redes interorganizacionais) é viável pensar que essas redes darão robustez e visibilidade aos envolvidos, possibilitando eventualmente, uma menor dependência dos poderes públicos. Porque,

quando esses grupos com identidades sociais e políticas semelhantes se articulam por meio das redes, conseguem conquistar maiores espaços em relação à cidadania dos envolvidos nesses movimentos sociais. Isso porque, conforme afirmam Fontes e Portugal (2009), apesar da estrutura das redes, tem-se certo grau de liberdade na maneira como agir, sustentado justamente pelos nexos e fluxos da rede, que viabiliza acesso a diversas fontes de recursos materiais e imateriais que poderão conferir essa maior autonomia do poder público. Pois os nexos entre os atores, já organizados politicamente, estabelecem demandas que transformam esses nexos em pautas políticas comuns às várias organizações, fazendo com que a articulação do que antes era um movimento específico, se transforme em demanda de uma rede de movimentos sociais, conforme Scherer-Warren (2012).

Ao ampliar os processos relacionais, as redes influenciam profundamente os movimentos pois são construídas a partir das interações dos atores e assim, se configuram em muito mais que apenas canais de transmissão de recursos estratégicos, mas em articuladora de interações que possibilitarão à ES a visibilidade necessária para sua consolidação enquanto movimento social que visa minimizar a exclusão de alguns, originada pelo sistema de produção vigente. Com isso, promove um crescimento econômico ecológico e socialmente sustentável, assegurando as liberdades individuais, o reordenamento da cadeia produtiva e ainda uma condição superior para assegurar o bem viver.

## 5. REFERÊNCIAS

BORONAT, Alberto. “Las cooperativas de trabajo en Castilla y León: comprometidas con el empleo y con el desarrollo local”. In: ARUFE, Josefa Eugenia Fernández *et al.* (Coord.). *Estudios de economía social*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 2010.

CAMPOS, José Luis Monzón. “La economía social ante los nuevos desafíos”. In: ARUFE, Josefa Eugenia Fernández *et al.* (Coord.). *Estudios de economía social*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 2010.

CARLOS, Euzeneia. Contribuições da análise de redes sociais às teorias de movimentos sociais. *Revista de Sociologia Política*. Curitiba, jun., 2011, v. 19, n. 39, p. 153-166.

CARNEIRO, Vanderson. “Entre o público e o privado: uma reflexão sobre o lugar da ação política na prática da economia solidária no Brasil”. In: HESPANHA, Pedro; SANTOS, Aline Mendonça dos (org). *Economia solidária: questões teóricas e epistemológicas*. Coimbra: CES/Edições Almedina, 2011.

CARRIÓN, Juan José Juste. “La economía social y el desarrollo local: fundamentos y elementos de conexión”. In: ARUFE, Josefa Eugenia Fernández *et al.* (Coord.). *Estudios de economía social*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 2010.

CATTANI, Antonio David (org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

CRUZ, Antônio; SANTOS, Aline Mendonça. “A economia solidária e as novas utopias: permanências e rupturas no movimento histórico do associativismo econômico”. In: HESPANHA, Pedro; SANTOS, Aline Mendonça dos (org.). *Economia solidária: questões teóricas e epistemológicas*. Coimbra: CES/Edições Almedina, 2011.

FONTES, Breno; PORTUGAL, Silvia. “Redes sociais”. In: HESPANHA, Pedro et al. *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra: CES/Edições Almedina, 2009.

GAIGER, Luiz Inácio Germany (org.). *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio. “Economia solidária”. In: HESPANHA, Pedro et al. *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra: CES/Edições Almedina, 2009.

MANCE, Euclides André. “Redes de colaboração solidária”. In: CATTANI, Antonio David (org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

MANCE, Euclides André. “Redes de colaboração solidária”. In: HESPANHA, Pedro et al. *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra: CES/Edições Almedina, 2009.

MANCE, Euclides André. *A consistência das redes solidárias*. Disponível em: tema do mês de janeiro 2006 <<http://www.rits.org.br>> Acesso em 08 setembro 2012.

PAULI, Jandir. *O poder nas redes de economia solidária*. Dissertação. (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. 180f.

RATTNER, Henrique. “Economia solidária – por quê?”. In: Vários autores. *Desafios da economia solidária*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire (Le Monde Diplomatique Brasil; 4), 2008.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Sociedade e Estado*. Brasília, jan/abr. 2006, v. 21, n. 1, p. 109-130.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes emancipatórias: nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos*. Curitiba: Appris, 2012.

SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. “Economia Solidária”. In: CATTANI, Antonio David (org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.